

INCLUSÃO ESCOLAR E OS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM: um desafio real

SCHOOL INCLUSION AND LEARNING PROCESSES: a real challenge

Ângela Matilde Soares¹
Ariane Almeida Rolim²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo refletir sobre a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, com o propósito de analisar as dificuldades que estas enfrentam com a diversificação do seu público. Reflexões como: o que é de fato a inclusão e o que leva as pessoas a terem entendimentos e significados tão diferentes a respeito dessa proposta, fundamentam as reflexões aqui apontadas, com o objetivo de contribuir para uma prática menos segregacionista e menos preconceituosa. Discutir sobre inclusão escolar pressupõe repensar o sentido que se está atribuindo à educação, além de atualizar as concepções e ressignificar o processo de construção de todo o indivíduo, compreendendo a complexidade e amplitude que envolve essa temática. É necessária uma mudança de paradigma dos sistemas educacionais. A ideia de uma sociedade inclusiva se fundamenta numa filosofia que reconhece e valoriza a diversidade, como característica inerente à constituição de qualquer sociedade. Partindo desse princípio, o presente artigo pretende, através da pesquisa bibliográfica, provocar uma análise e reflexão a respeito da inclusão, levando em conta os paradigmas conceituais.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Aprendizagem. Diversidade.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the inclusion of children with special educational needs in mainstream schools, with the purpose of analyzing the difficulties they face with the diversification of their audience. Reflections such as: what inclusion really is and what leads people to have such different understandings and meanings about this proposal, justify the reflections pointed out here, with the aim of contributing to a less segregationist and less prejudiced practice. Discussing school inclusion presupposes rethinking the meaning that is being attributed to education, in addition to updating the concepts and reframing the process of building the entire individual, understanding the complexity and breadth that this theme involves. A paradigm shift in education systems is needed. The idea of an inclusive society is based on a philosophy that recognizes and values diversity, as an inherent characteristic of the constitution of any society. Based on this principle, this article aims, through bibliographic

¹ Pós-doutoramento em Neurociências (Flórida, USA). Doutora em Neurociências (Flórida/USA). Pedagoga com titulação Dr.h.c. em Educação pela Emil Brunner World University (Flórida, USA). Mestre e Doutora em Estudos Psicanalíticos (RJ). Psicanalista. Escritora. Presidente do Brain Connection Brasil e CEO da Clínica Aprendizagem e Companhia-Saúde Integral e Instituto.

² Mestranda em Ciências da Educação (Flórida, USA). Psicóloga/CRP-MG: 04/19144. Pós-graduanda em Neuropsicopedagogia – FESL/SL. Psicopedagoga - FUMEC/MG. Especialista em Psicologia Médica – UFMG/MG. Palestrante, assessora e consultora psicopedagógica pela Em Caminhar Assessoria Psicopedagógica. Escritora de artigos na área da educação e psicologia.

research, to provoke an analysis and reflection on inclusion, taking into account conceptual paradigms.

Keywords: Inclusion. Education. Learning. Diversity.

PROCESSOS INCLUSIVOS EM ESPAÇOS ESCOLARES

A inclusão exige da escola novos posicionamentos que implicam um esforço de atualização e reestruturação das condições atuais, para que o ensino se modernize e para que os professores se aperfeiçoem, adequando as ações pedagógicas à diversidade dos aprendizes.

As escolas com propostas inclusivas precisam reconhecer e responder às diversas necessidades dos seus alunos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade para todos, mediante currículo apropriado, estratégias e metodologias de ensino e parcerias com a comunidade.

O sucesso da inclusão escolar depende, em grande medida, do trabalho pedagógico do professor, pois este deve ser qualificado para responder às necessidades diferenciadas de seus alunos, para propor situações de ensino-aprendizagem satisfatórias para todos. A escola precisa modificar-se, compreendendo que é possível atender às necessidades de seus membros, com professores preparados, metodologias diversas, currículo flexível e comunicação eficaz.

As práticas pedagógicas advindas da política da inclusão escolar ainda são recentes no Brasil. Nesse sentido, é importante que essas práticas possam ser avaliadas e monitoradas, para que possamos socializar indicadores de sucesso, assim como os problemas encontrados.

A inclusão escolar nos apresenta como realidade. A partir dessa realidade, pensa-se: as escolas estão estruturadas para acolher todo o espectro da diversidade humana representada pelos alunos? O sistema educacional tem se adaptado às necessidades dos educandos? E o professor? A formação do docente está conectada com a realidade, para atuar de modo eficiente no processo da inclusão?

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais – Necessidades Educacionais Especiais (BRASIL, 1998, p. 18), a prática da inclusão social repousa em alguns princípios importantes como aceitação e conscientização das diferenças individuais, valorização de cada pessoa, convivência dentro da diversidade humana e aprendizagem através da mediação e interação, com a participação ativa do aluno. Cabe aqui evidenciar que a deficiência deve ser considerada como uma diferença que faz parte da diversidade e não pode ser negada, porque negar as diferenças humanas é interferir na forma de ser, agir e sentir da pessoa.

Atendendo a esses preceitos, o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, (BRASIL, 1990) preconiza que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder político assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária de todas as crianças e adolescentes.

Uma educação eficaz supõe um projeto pedagógico que assuma a diversidade dos educandos de modo a contemplar suas necessidades e potencialidades, reconhecendo as competências e habilidades dos educandos, de modo a adequar os conteúdos aos diferentes ritmos de aprendizagens, bem como adotar metodologias diversas, alicerçando a escola como inclusiva.

Mendes (2004, p. 227) defende que a política de formação de professores é um dos pilares para a construção da inclusão escolar, pois a mudança requer um potencial instalado, em termos de recursos humanos, em condições de trabalho para que possa ser posta em prática.

A socialização também é um aspecto importante para uma inclusão escolar bem-sucedida, pois a convivência dos alunos com deficiência em escolas regulares e as interações sociais que se estabelecem podem proporcionar o desenvolvimento de habilidades comunicativas, cognitivas e sociais no grupo. Educar crianças com deficiência juntamente com seus pares, em escolas regulares, é importante não apenas para prover oportunidades de socialização e de mudar o pensamento estereotipado das pessoas sobre as limitações, mas também para ensinar o aluno a dominar habilidades e conhecimentos necessários para a vida futura dentro e fora da escola (MENDES, 2004, p. 228).

As práticas pedagógicas não devem ser fixas, elas devem ser planejadas de acordo com o aluno. Portanto, é necessário que os professores saibam organizar situações de ensino-aprendizagem que possam atender, satisfatoriamente, às necessidades educacionais de todos. Na perspectiva da inclusão escolar, os professores precisam estar preparados para lidar com a diversidade que não pode ser utilizada como justificativa para a exclusão dos alunos com deficiência do processo de escolarização.

Para garantir o êxito da escola inclusiva, algumas considerações precisam ser observadas: apoio de especialistas, unificando os dois sistemas e adaptando-os às necessidades de todos os alunos; potencialização das formas de intervenção direta em sala de aula regular por meio do ensino cooperativo; adoção de uma nova organização escolar, propondo a colaboração, o ajuste mútuo, as formas interdisciplinares e o profissionalismo docente.

A Resolução do CNE/CEB nº 01/2002 evidencia a necessidade de, na formação inicial e continuada de professores, serem discutidos os princípios de uma educação inclusiva e os

fundamentos da Educação Especial. Esses conhecimentos capacitarão os professores a perceberem a diversidade de seus alunos, valorizando a educação inclusiva, diversificando a ação pedagógica, identificando as necessidades educacionais específicas de cada indivíduo, para implementarem as adaptações curriculares.

Os professores, assim como toda a comunidade escolar e a sociedade em geral, devem caminhar para a mudança de suas concepções a respeito da diversidade, diferença e deficiência, todos os alunos devem ser vistos como capazes durante o processo de escolarização.

Situações de preconceito e estigma necessitam ser banidas do âmbito escolar, principalmente com relação à capacidade do aluno de participar das atividades de escolarização. Essas mudanças não são fáceis de serem realizadas e precisam envolver um grande investimento em nível de formação inicial e continuada. Além disso, diversas pessoas precisam se envolver nesse processo, e não somente o professor.

Por meio dessas medidas, espera-se que o professor esteja mais apto para trabalhar com a diversidade dentro de sala de aula e dentro da escola, contando, inclusive, com auxílio de outras áreas, para que possa, satisfatoriamente, realizar e organizar situações de ensino-aprendizagem, em condições de qualidade, para os alunos com deficiência.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: uma nova concepção

A educação é a ferramenta fundamental para inserção de qualquer sujeito em seu meio social, ela transmite cultura, amplia conhecimentos e constrói o cidadão como sujeito crítico, reflexivo, participativo, autêntico, capaz de criar e transformar o espaço ao seu redor. É através da educação que surgem as possibilidades de o sujeito adquirir sabedoria, autonomia para participação em sociedade e a independência para o trabalho. A educação é indispensável para formação moral e social dos indivíduos.

Nos últimos anos, temos vivenciado no Brasil e no mundo uma mudança significativa em vários aspectos no âmbito educacional, incluindo-se aí as escolas inclusivas. As políticas de inclusão social são fruto de lutas travadas por movimentos institucionalizados em prol dos grupos sociais marginalizados, dos processos de participação e atuação nos espaços sócio-políticos e culturais constitutivos de sua cidadania.

A política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover resposta às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2007, p. 8).

A inclusão escolar passa a ser direito legal de todas as crianças, o que ocasiona mudanças significativas na concepção, nas práticas educacionais e na formação dos professores. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007) define a Educação Especial como modalidade de ensino que deve ser transversal a todos os níveis, etapas e modalidades do sistema educacional, possibilitando recursos e serviços que garantam o acesso e a permanência de todos os alunos em sua trajetória pela escola.

Nesse processo, atribui-se grande importância às salas de AEE - Atendimento Educacional Especializado, com os equipamentos e materiais pedagógicos necessários e professores bem qualificados, representando um grande avanço na política de inclusão escolar, pois estas direcionam o apoio especializado aos alunos com necessidades especiais e apoio aos professores das salas regulares. Possibilitam aos alunos condições para o efetivo progresso de sua aprendizagem. A sala de AEE é um atendimento complementar a salas de aula comuns. Seu objetivo deve ser assegurar o pleno acesso do sujeito ao ensino regular em igualdade de condições e oportunidades, considerando os demais alunos.

A Educação Inclusiva compreende o processo educacional como um todo e contempla uma política estruturante nos sistemas de ensino, alterando a organização da escola, de modo que se torne inclusiva. A escola precisa cumprir seu papel social, construindo uma proposta pedagógica que considere e valorize as diferenças, culminando na oferta da escolarização a todos os alunos nas classes comuns. A partir daí, considera-se que deve haver apenas um tipo de educação, e ela deve ser para todos, sem restrição nem separação. E na escola, a educação deve preparar o sujeito para o exercício de sua cidadania (BUENO, 1993).

Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 01/2002, encontram-se também ressalvas feitas à formação adequada de seus professores. Recomenda-se, ainda, que as escolas disponham de recursos materiais, pedagógicos e humanos para que consigam promover uma educação de qualidade a todos os alunos. De acordo com Bacich e Moran, uma mudança precisa acontecer com relação às metodologias:

As metodologias ativas de aprendizagem devem propiciar aos educadores, recursos e práticas didáticas que permitam o “ensinar” diante de cenários, ambientes e clientela – estudantes e comunidades – com necessidades diversificadas e o “educar” para a compreensão do mundo em que vivemos (BACICH; MORAN, 2018, p. 222.)

Nessa perspectiva, cumpre indagar: como vem ocorrendo o processo de formação dos professores? Quais os saberes, as experiências e os espaços formativos que compõem o

processo de formação? Quais desafios se apresentam aos professores no campo de atuação docente?

Sendo a escola um ambiente multicultural, diversificado, que atende a um público com objetivos, ideologias e necessidades diferenciadas, que acolhe indivíduos com aspectos múltiplos, sejam religiosos, políticos, sociais, entre muitos outros, se torna responsável pela transformação do indivíduo, o que corresponde a um conjunto de alterações comportamentais que se tem por aprendizagem.

Ainda há profissionais que acreditam que a presença dos alunos com suas diferenças e necessidades diferenciadas, quebrará a rotina da escola. Por isso, temos que pensar em uma inclusão que afaste o pensamento de fracasso, assumindo posturas de novos ensinamentos e novas aprendizagens. Isso consiste em uma renovação da escola (CUNHA, 2015, p. 71).

Para Cunha (2015, p. 153), *“em sala de aula, há inúmeras vozes que se cruzam, quando todos os alunos contribuem com seus pensamentos de forma a construir um diálogo, através do qual se pode colher assim os frutos do conteúdo abordado”*.

Considerando tais reflexões e buscando embasamento nas teorias da Psicologia do Desenvolvimento, entende-se o ser humano como um ser ativo, construtor de ideias, de sua história e da história humana, em que ele, o sujeito, é o próprio construtor de seu desenvolvimento. Nesse sentido, o caminho percorrido em direção à instauração da proposta de inclusão escolar perpassa, também, pelo campo do ensino de arte na educação básica integrado ao currículo das escolas regulares, sujeito aos desafios e às exigências dessa nova proposta educacional (PEREIRA; LOPES; DIAS, 2015).

Argumentando por esse viés, a arte poderia ser uma alternativa à inovação e à criatividade que demanda o modelo de educação inclusiva. Através da arte é possível expressar-se de múltiplas formas e, ao mesmo tempo, de uma forma única, particular e criativa, fugindo aos padrões da comunicação.

Diante das oportunidades variadas através da expressão artística, os alunos sentem-se mais capazes de produzir e, dessa forma, mais motivados a contribuir com as propostas pedagógicas ao longo das aulas.

Desse modo, é possível que a Arte impulse a participação ativa dos alunos e a inclusão destes nas diferentes esferas sociais. A mudança na maneira de conceber o processo da Arte como um componente curricular da educação, de acordo com a BNCC - Base Nacional Comum Curricular (2017), amplia as possibilidades da criação de uma atmosfera em que a probabilidade

de escolarização pressupõe, diretamente, novos caminhos para a educação, dentre eles, o trabalho com a Arte sob a perspectiva da Educação Inclusiva.

Com a proposta de escolas inclusivas, pensada como um rompimento com as concepções pedagógicas tradicionais e a implantação do modelo inclusivo, torna-se um desafio para os educadores pensar em novas maneiras de estruturar um plano de ensino e de avaliação que se adeque às diferentes condições de aprendizagem dos alunos. Percebe-se a necessidade de se rever o currículo dos programas de formação de professores, buscando atender a esta nova demanda, com vistas a dar suporte aos educadores para o enfrentamento dos novos parâmetros de uma escola inclusiva. A formação deve ser integral, possibilitando a compreensão do pensamento e das expressões de uma cultura, oportunizando que o indivíduo se relacione com o outro em condição de igualdade.

A sala de aula se transformaria não apenas em lugar de levar a informação, mas em local de se desenvolverem diferentes pensamentos, promover a discussão, incentivar as variadas formas de participação e de tomadas de decisões, lidando com as contradições e os conflitos.

A educação, por meio do processo ensino-aprendizagem, tem como objetivo o desenvolvimento global do sujeito através do educar, proporcionando oportunidades e orientação para aprendizagens, para aquisição de novos comportamentos, despertando no aprendiz a paixão pelo saber, o interesse pelo conhecimento.

O aprendizado seria o armazenamento dos novos conhecimentos na memória, que é a aquisição, formação, conservação e evocação de dados, pois só se retém na memória o conteúdo que foi aprendido. Emerge dessa perspectiva um sujeito individual, único, mas vindo do coletivo, com seus desejos e demandas.

A deficiência faz parte da subjetividade de muitas pessoas, que se constituem como sujeitos sociais com base simultaneamente na fragilidade ou na força dessa condição e em suas possibilidades educativas, o duplo papel da deficiência no desenvolvimento do sujeito, mostrando as possibilidades de compensação (LIMA 2013, p. 9).

É necessário que o professor reflita sobre estratégias diferenciadas de ensinar, buscando sua função de mediador, para que o educando desenvolva suas habilidades, respeitando suas especificidades, descobrindo como aprendem e, assim, ajudando na construção do conhecimento.

Aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a viver juntos são habilidades a serem desenvolvidas nesse novo cenário, no qual o aluno protagoniza sua trajetória. Na pedagogia libertadora ou inclusiva, a atividade escolar se pauta basicamente em

discussões de temas sociais e políticos e em ações sobre a realidade social imediata. O currículo é definido, assim, pelo próprio grupo. O papel do professor é de coordenar as atividades que organiza junto com os alunos. Segundo Paulo Freire (2005):

É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos, adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo e estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história (FREIRE, 2005, p. 42).

PROCESSOS DE APRENDIZAGEM INCLUSIVOS

As funções intelectuais como memória, linguagem, atenção, emoções, assim como ensinar e aprender, são produzidas pela atividade dos neurônios, células nervosas que interagem entre si e com outras células, formando redes neurais para que possamos aprender o que é significativo e relevante para a vida.

As estratégias pedagógicas utilizadas pelos professores durante o processo ensino-aprendizagem seriam os estímulos que poderiam produzir a reorganização do sistema nervoso em desenvolvimento, resultando em mudanças comportamentais, ou seja, aprendizagens (GUERRA, 2011).

Os resultados das pesquisas neurocientíficas são importantíssimos ao cotidiano escolar. A Neurociência pode contribuir com a prática do professor, de forma que, ao conhecer a organização e as funções neurológicas, como a linguagem, a atenção e a memória, as relações entre as emoções, desempenho e aprendizagem, o professor possa observar o seu aluno com mais clareza e objetividade, inspirando-os a repensar sobre suas estratégias educacionais, sem ter a pretensão de dar receitas que garantam a aprendizagem.

Libâneo (1998) faz uma reflexão sobre o papel do professor e sua profissão face às novas exigências da sociedade, às exigências educacionais contemporâneas, às novas atitudes docentes e aborda sobre a qualidade do ensino e sistema de formação inicial e continuada de professores.

O autor trata, ainda, da nova escola que deve ser um espaço sintetizador da sociedade, mas também reflexivo, incluindo as novas atitudes docentes, nas quais o profissional deve assumir o ensino como mediação: aprendizagem ativa com a ajuda pedagógica do professor, modificando a ideia de uma escola e de uma prática pluridisciplinar para uma escola e uma prática interdisciplinar, respeitando a diversidade cultural.

Para que tudo isso seja possível, é preciso, ampliar o leque de ações envolvendo também a luta por uma formação de qualidade, por uma cultura do profissionalismo, de modo que a profissão ganhe mais credibilidade e dignidade profissional.

Para tanto, Libâneo propõe algumas alternativas, dentre as principais estão: a valorização da profissão, a reorganização das práticas de formação e integração entre Centros de Formação Inicial e Continuada a cursos de Graduação, Licenciatura, Centros de Apoio, Um Programa Especial de Formação Pedagógica e um Pacto Nacional pela Educação.

A reflexão que Libâneo (1998) elaborou continua pertinente atualmente. São questões difíceis, mas essenciais. Como ele mesmo menciona: “não existe solução mágica”, mas cabe à sociedade e, em particular, aos educadores e gestores, um tratamento crítico e reflexivo sobre o presente e o futuro da nossa educação, assim como o engajamento na luta por uma constante melhoria e contextualização da educação brasileira, em prol de uma sociedade mais justa, igualitária, de oportunidades a todos os cidadãos. Tais reflexões objetivam uma educação de qualidade que permita ao aluno exercer a cidadania, a emancipação e a reflexão crítica do seu contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escolas inclusivas não aparecem da noite para o dia, mas vão se configurando mediante um longo processo. Portanto, é preciso tomar consciência dos objetivos que se tenta alcançar e os tipos de estratégias que se devem impulsionar.

A mudança de cada escola deve partir de sua cultura própria e orientar-se no sentido de sua transformação. Por esse motivo, nem todas as escolas partem da mesma posição. Só a partir das condições reais de cada escola, é possível melhorar a organização interna e contribuir para criar uma cultura mais favorável à mudança educacional.

Mudar não é uma tarefa simples, é preciso enfrentar as desestabilizações que surgem quando se tenta transformar o que já está estabelecido. Há desarranjos em todos os setores da escola: pessoal, organizacional, técnico e micropolítico. E é nesse inevitável movimento que deverão se construir as mudanças mais duradouras.

A flexibilidade organizacional, a possibilidade de adaptar o currículo e a preparação dos professores são condições para que, finalmente, todos os alunos participem do processo de aprendizagem junto a seus colegas da mesma idade. Dessa forma, o trabalho do professor na sala de aula converte-se em um fator fundamental, não apenas porque pode desenvolver um currículo acessível a todos os alunos, mas também porque sua experiência influenciará,

posteriormente, na atitude de outros professores, na elaboração dos projetos da escola e na avaliação dos pais, visando à experiência concreta de uma escola inclusiva.

A tarefa do professor na escola inclusiva deve-se à sua capacidade de organizar e estruturar os conteúdos do currículo para oportunizar aos alunos aprender de forma ativa e significativa. As experiências de aprendizagem que apresentam aos seus alunos, com diferentes dificuldades, não podem ignorar que o objetivo, também para eles, é que completem seus esquemas de conhecimento, que deem sentido às suas aprendizagens e que avancem, pouco a pouco, no controle de estratégias que os ajudem a aprender por si mesmos.

É primordial que o professor construa a metodologia que será desenvolvida dentro de sala de aula com a participação dos alunos, para que estes sejam poderosos aliados e coparticipem do processo de construção dos conhecimentos através dos trabalhos em grupos cooperativos, mediante a ação tutorial por parte do aluno com maior nível de conhecimento e da mediação do professor.

O resultado positivo dessa organização metodológica dependerá do conhecimento, da disponibilidade e do respeito mútuo, em que todo o processo de interação e trabalho coletivo entre estas pessoas que são subjetivamente diferentes, mas estão interrelacionadas, não perca de vista o objetivo da metodologia desenvolvida: respeito às diferenças, ou seja, a inclusão.

A situação de cada pessoa com deficiência é única. Consequentemente, não se trata de estabelecer critérios gerais para o ensino dos alunos com algum tipo de deficiência, mas de compreender as necessidades, os sentimentos e os pontos de vista de cada um dos alunos que são escolarizados.

É fundamental que os professores estejam atentos às relações que esses alunos estabelecem nos momentos de trabalho e nos momentos de lazer, às atitudes que manifestam em relação a seus colegas e às que os colegas mostram em relação a eles. É necessário observar, perguntar, analisar e ouvir.

Com relação ao aluno, é preciso levar em conta três fatores envolvidos em seu processo de aprendizagem: os conhecimentos prévios, a atividade mental construtiva e a motivação para aprender. Do ponto de vista do professor, são dois os fatores básicos que influem no processo de ensino e aprendizagem: o mecanismo de influência educativo, que pode exercer para possibilitar que o aluno construa novos conhecimentos, e suas expectativas em relação à aprendizagem dos alunos. Finalmente do ponto de vista do conteúdo, é preciso considerar especialmente sua estrutura e sua coerência para favorecer aprendizagens significativas.

Não é fácil realizar todas essas tarefas quando a educação não pode se restringir aos alunos com problemas de aprendizagem, mas deve estender-se a todos os alunos da turma.

Contudo, não há dúvida de que é um conjunto de “bons professores” que torna possível o ensino em uma escola inclusiva. O compromisso, a vontade de ajudar a todos os alunos, o afeto, o conhecimento da didática do conteúdo ensinado, a facilidade para tornar simples a aprendizagem, o domínio dos múltiplos modelos de ensino, a flexibilidade e a habilidade para resolver situações imprevistas, a capacidade de refletir sobre a sua prática, o trabalho em equipe e o intercâmbio de iniciativas entre os colegas, manifestam-se com mais facilidade em escolas que dispõem das condições adequadas para apoiar o esforço de cada professor e para criar um ambiente de colaboração.

As escolas que trabalham com esse perfil de professores são as que demonstram que a inclusão sem a exclusão é um objetivo alcançável.

REFERÊNCIAS

BACICH, Lilian; MORAN, José (org.) *Metodologias ativas para uma educação inovadora*. Porto Alegre: Penso, 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica. *Resolução CNE/CEB, n.1, 03 abril, 2002*.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. *Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: Acesso em: 15 dez. 2016.

BRASIL. *Lei n. 8.069 de 13 de julho/90*, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Congresso Nacional, 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). *Sala de recursos multifuncionais: espaços para o atendimento educacional especializado*. Brasília: MEC/Seesp, 2006.

CARVALHO, I. S. A importância da escola no desenvolvimento de altas habilidades/superdotação. *Psicologia Escolar*, 2012.

CASEMIRO, J. P.; FONSECA, A. B. C.; SECCO, F.V. Promover saúde na escola: reflexões a partir de uma revisão sobre saúde escolar na América Latina. *Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19 n. 3, mar. 2014.

COSENZA, R. M.; GUERRA, L.B. *Neurociência e Educação: como o cérebro aprende*. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.

CUNHA, M. S. *Ensino da língua portuguesa na perspectiva da inclusão do aluno cego no nível fundamental*. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. 2015.

DECLARAÇÃO Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990

DIAS, P.J.; SILVA, M.M. Indicadores sociais da deficiência no Brasil: uma análise do censo demográfico e do censo escolar. *In: ANPED SUL: REUNIÃO CIENTÍFICA DA ANPED*, 10., 2014, Florianópolis. p. 1-19.

FRANCA, T. H. P. M.; NETO, E. L. G. R. A escolarização das pessoas com deficiência no Brasil: atendimento, atraso e progressão no ensino fundamental segundo o Censo 2010. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v. 29, n. 2, jul/dez. 2012.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia - Saberes necessários à prática educativa*. 31. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra (Coleção Leitura). 2005.

GARCIA, V. G. Panorama da inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil. *Trabalho, Educação e Saúde (On-line)*, v. 12, p. 165-187, 2014.

GUERRA, Leonor Bezerra. O diálogo entre a neurociência e a educação: da euforia aos desafios e possibilidades. *Revista Interlocução*, v. 4, n. 4, p. 3-12, 2011.

KASSAR, M. C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 41, p. 61-79, 2011.

KASSAR, M. C. M. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 17, p. 41-58, maio/ago. 2011.

LIBÂNIO, José Carlos. *Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente*. São Paulo: Cortez, 1998.

LIMA, P. A. *Educação Inclusiva e Igualdade Social*. São Paulo: Avercamp, 2006.

MANTOAN, M. T. E. *A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Memnon, 1997.

MANTOAN, M. T. E. *Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

MELETTI, S. M. F.; RIBEIRO, K. Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio/ago. 2014

MENDES, E. G. Construindo um “lôcus” de pesquisas sobre inclusão escolar. *In: MENDES, E.G; ALMEIDA, M. A; WILLIAMS, L. C. de. Temas em educação especial: avanços recentes*. São Carlos: EdUFSCAR, pp.221-230, 2004.

OBSERVATÓRIO DO PNE. *Educação especial inclusiva*. 2013. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/metas-pne/4-educacao-especial-inclusiva>. Acesso em: 06 set. 2016.

PEREIRA, F. A.; LOPES, J. S. M.; DIAS, L. S. P. A “escola para todos” e a difusão do ensino de arte: sobre as fontes de informação acerca da escola e do objeto artístico. *Educação em Foco*, v. 18, n. 26, p. 209-227, dez. 2015

TEST, M.; TOWER, L.; TEST, S. G.; TEST, S.; ALEXANDRE, R.; BARBOSA, R. *Avaliação Neuropsicológica das funções Executivas*, 2007. 6(1), 51–60.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e linha de Ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca: Espanha, 1997. www.direitoshumanos.usp.br/documentos/trata